

**PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
EDITAL Nº 01/CMDCA/2023**

CADERNO DE PROVA

CANDIDATO(A): _____
RG: _____ SSP/_____
Assinatura: _____
DATA: 03 de junho de 2023.

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01 – Você está recebendo este caderno de prova com 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha versando sobre pontos da Lei Municipal nº 2.845/2023 e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90)

02 – Cada questão possui quatro alternativas (a, b, c, d), sendo somente uma alternativa correta.

03 – Verifique se este material está completo. Caso contrário, notifique imediatamente a um dos responsáveis pela sala. Após a conferência, você deverá assiná-lo no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

04 – Esta prova é individual e não será permitida, durante a sua realização, a comunicação entre os candidatos e a utilização de livros, anotações, impressos, legislação ou qualquer outro material de consulta.

05 – Após 30 (trinta) minutos, você poderá solicitar o CARTÃO-RESPOSTA. A correção das provas será efetuada considerando exclusivamente as marcações do CARTÃO-RESPOSTA, por isso tenha cuidado na marcação.

06 – Você terá 03 (três) horas para responder as questões de múltipla escolha.

07 – As anotações do gabarito para conferência deverão ser efetuadas somente no formulário abaixo e destacadas pelo Fiscal, **após a entrega do material**.

08 – Não será permitido levar o caderno de prova, que a prova será disponibilizada com o gabarito preliminar até às 19h do dia de hoje, no *site* oficial do Município.

ANOTAÇÃO DO GABARITO PARA CONFERÊNCIA															
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	

Questões sobre a Lei Municipal nº 2.845, de 24 de março de 2023

01) O Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, integrante do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, nos termos previstos na Lei nacional nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sobre a autonomia do Conselho Tutelar, é correto afirmar que:

a) a autonomia do Conselho Tutelar para tomar providências e aplicar medidas de proteção à criança e ao adolescente, decorrentes da lei, será efetivada em nome da sociedade para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e adolescente;

b) o exercício da autonomia do Conselho Tutelar em suas atribuições e competências previstas na Lei nº 8.069, de 1990, não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal;

c) a autonomia do Conselho Tutelar significa que o Conselheiro Tutelar pode atuar sem qualquer responsabilização por seus atos, uma vez que não está sujeito a qualquer autoridade administrativa;

d) estão corretas apenas as alternativas “a” e “b”.

02) Sobre a função de Conselheiro Tutelar, é correto afirmar:

a) a função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada;

b) o membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito;

c) o exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral;

d) todas as alternativas estão corretas.

03) Sobre o funcionamento do Conselho Tutelar, aponte a alternativa incorreta:

a) o horário para atendimento presencial ao público e execução de suas atividades, nos dias úteis, deve ser compatível com o horário de funcionamento das repartições públicas municipais;

b) deve ser garantido atendimento ininterrupto à população, pelo que quando não houver expediente o atendimento ocorrerá através de escala de plantão remoto;

c) considera-se plantão remoto o período em que o membro do Conselho Tutelar designado permanece de prontidão na sede do Conselho Tutelar, aguardando eventual chamado para atender os casos;

d) a organização do atendimento ao público, incluindo a escala de plantão remoto e as demais regras aplicáveis ao seu funcionamento, será disciplinada no Regimento Interno.

04) Considerando a autonomia do Conselho Tutelar, é competente para fiscalizar o cumprimento do horário de funcionamento e a jornada de trabalho de seus membros:

a) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

b) o Promotor de Justiça;

c) o Prefeito do Município;

d) o Departamento de Assistência Social.

05) Sobre os direitos que são assegurados aos Conselheiros Tutelares, além da remuneração, é incorreto afirmar:

a) que terão direito à cobertura previdenciária e gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço do valor da remuneração mensal;

b) que nunca haverá desconto da falta injustificada aos plantões;

c) que é garantido o direito à licença-maternidade e licença-paternidade;

d) que é garantido o direito à licença para tratamento de saúde e também à licença para tratamento de doença profissional.

06) Sobre as férias anuais do Conselho Tutelar:

a) o período de férias anuais do Conselho Tutelar será organizado de modo que o gozo de férias se restrinja a, no máximo, dois conselheiros por vez;

b) a escala de férias deve ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) até 31 de janeiro de cada ano;

c) a programação de férias é definida pelo próprio Conselho Tutelar;

d) todas as alternativas estão corretas.

07) São deveres dos membros do Conselho Tutelar, sem prejuízo de outros previstos nas resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e legislação federal específica:

I – manter conduta pública e particular ilibada e conduta ética adequada ao exercício da função;

II – desempenhar suas funções com zelo, prudência, presteza e dedicação;

III – preservar o sigilo dos casos atendidos;

IV – participar de cursos de capacitação e formação;

V – residir no Município.

Das assertivas acima indicadas, estão corretas as seguintes:

a) I, II, III, IV e V;

b) I, II, IV e V;

c) II, III, IV e V;

d) I, II e III.

08) O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar determinado caso quando:

- a) a situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- b) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- c) tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados;
- d) todas as alternativas estão corretas.

09) São condutas vedadas aos membros do Conselho Tutelar:

- I – proceder de forma desidiosa;
- II – violar sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar;
- III – recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições;
- IV – aplicar medida de proteção contrariando decisão colegiada dos membros do Conselho Tutelar, exceto quando o conselheiro discorda da decisão.

Das hipóteses acima citadas, está incorreta a informação:

- a) na assertiva IV;
- b) na assertiva III;
- c) nas assertivas I e II;
- d) nas assertivas II e III.

10) Constituem penalidades administrativas e disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar, exceto:

- a) advertência;
- b) suspensão do exercício da função, por até sessenta dias;
- c) suspensão do exercício da função, por até seis meses;
- d) destituição do mandato.

Questões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei Federal nº 8.069/1990
--

11) Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se criança:

- a) a pessoa até doze anos de idade incompletos;
- b) a pessoa até doze anos de idade completos;
- c) a pessoa até treze anos de idade incompletos;
- d) a pessoa até quatorze anos de idade completos.

12) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) todas as alternativas estão corretas.

13) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III – em razão de sua conduta.

Estão corretas:

- a) as assertivas I, II e III;
- b) somente a assertiva I;
- c) somente a assertiva II;
- d) nenhuma das assertivas.

14) Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados:

- a) ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais;
- b) ao Departamento de Assistência Social;
- c) a quaisquer órgãos de segurança, não havendo necessidade de comunicar o Conselho Tutelar;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

15) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- a) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- b) brincar, praticar esportes e divertir-se;

c) não garante o direito à crença e ao culto religioso;

d) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.

16) São medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente infrator:

I – advertência;

II – obrigação de reparar o dano;

III – prestação de serviços à comunidade;

IV – liberdade assistida.

Estão corretas:

a) as afirmativas I, II, III e IV;

b) as afirmativas III e IV;

c) apenas a afirmativa III;

d) apenas a afirmativa IV.

17) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo:

a) a cada trinta dias;

b) a cada 3 (três) meses;

c) a cada 6 (seis) meses;

d) a cada 12 (doze) meses.

18) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de:

a) 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária;

b) 18 (dezoito meses), independentemente da necessidade de permanência;

c) 03 (três meses);

d) 06 (seis meses).

19) O poder familiar será exercido, em igualdade de condições:

a) pelo pai;

b) pela mãe;

c) pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil;

d) nenhuma das alternativas.

20) Ainda sobre o poder familiar, é correto afirmar que:

- a) a perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações de sustento, guarda e educação dos filhos menores;
- b) a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar;
- c) a condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente;
- d) todas as alternativas estão corretas.

21) Entende-se por família natural:

- a) a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes;
- b) aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal;
- c) aquela formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade;
- d) nenhuma das alternativas.

22) Entende-se por família extensa ou ampliada:

- a) a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes;
- b) aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade;
- c) as alternativas “a” e “b” estão corretas;
- d) nenhuma das alternativas.

23) Sobre a colocação em família substituta, é incorreto afirmar que:

- a) far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- b) sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada;
- c) a colocação da criança ou adolescente em família substituta não precisa de preparação gradativa e acompanhamento posterior;
- d) tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

24) Sobre a guarda, é correto afirmar, de acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- a) a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais;
- b) a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros;
- c) confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários;
- d) todas as alternativas estão corretas.

25) Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- a) maus-tratos envolvendo seus alunos;
- b) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- c) elevados níveis de repetência;
- d) todas as alternativas estão corretas.

26) São atribuições do Conselho Tutelar, exceto:

- a) realizar a investigação do fato substituindo a autoridade policial;
- b) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- c) representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
- d) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

27) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará o fato:

- a) ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- b) ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família;
- c) ao Departamento de Assistência Social;
- d) à autoridade policial.

28) As decisões do Conselho Tutelar:

- a) poderão ser revistas Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- b) somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse;
- c) poderão ser revistas a pedido de qualquer cidadão do município;
- d) não podem ser revistas.

29) São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

- I – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- II – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- III – obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;
- IV – suspensão ou destituição do poder familiar.

Estão corretas as assertivas:

- a) todas as assertivas;
- b) apenas a I;
- c) apenas a II;
- d) nenhuma.

30) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial. A autorização não será exigida quando:

- a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
- b) a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;
- c) a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável;
- d) todas as alternativas estão corretas.